

SIGA /CTBR500/v.12
Hora...: 08:53:39

Ativo (Em R\$)	31/12/2022	Passivo + Patrimonio Liquido (Em R\$)	31/12/2022
ATIVO	331.423.728,29	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	331.423.728,29
CIRCULANTE	116.459.415,01	CIRCULANTE	96.977.388,71
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	46.930.394,93	FORNECEDORES	19.231.955,65
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	33.560.931,09	OBRIGACOES TRABALHISTAS	7.573.474,02
ALMOXARIFADO	0,00	SALARIOS E ORDENADOS	32.485,73
OUTROS VALORES A RECEBER	10.209.122,31	PROVISAO DE FERIAS	3.325.860,32
DESPESAS ANTECIPADAS	4.777.656,31	PROVISAO 13º SALARIO	0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR	20.981.310,37	OBRIGACOES TRABALHISTAS	2.735.424,01
NAO CIRCULANTE	214.964.313,28	PROVISOES TRABALHISTAS	1.479.703,96
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	2.252.238,93	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	38.448.319,14
DEPOSITOS JUDICIAIS	2.252.238,93	IRPJ E CSLL	2.985.583,39
INVESTIMENTOS	207.080.239,23	PIS E COFINS	5.364.485,45
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS	207.080.239,23	RETENCOES ENCARGOS TERC	1.107.460,44
IMOBILIZADO	872.600,05	OBRIG FISCAIS MUNICIPAIS	28.990.789,86
IMOBILIZADO EM OPERACAO	872.600,05	IMPOSTOS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	0,00	EMPREST. E FINANC.	1.067.741,01
INTANGIVEL	4.759.235,07	ARRENDAMENTO	1.475.884,19
		ENCARGOS FINANC	-408.143,18
		OUTROS	30.283.614,37
		ADIANT CLIENTES	14.099.798,05
		SUBV MUNIC A APROPR	0,00
		SUBV INVEST PAC	839.498,40
		RECURSOS MUNIC EVENTOS	13.636.252,33
		REC DIF IPTU ISS	1.708.065,59
		OUTRAS EXIGIBILIDADES	0,00
		DEBITOS COM EMPRESAS MUNICIP	372.284,52
		NAO CIRCULANTE	240.131.495,04
		EMPREST FINANC PRTES RELAC	4.323.615,17
		EMPREST E FINANC	3.827.235,81
		PARTES RELACIONADAS	496.379,36
		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	118.961.713,96
		OBRIG FISCAIS MUNICIPAIS	114.332.419,16
		IRPJ E CSLL DIFERIDOS	4.629.294,80
		ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	49.858.996,78
		PROVISOES PARA CONTINGENCIAS	38.632.912,01
		PROV TRABALH	34.218.489,40
		PROV CONTING TRAB	8.922.619,04
		PROV DISSID E ENC	25.295.870,36
		PROVISOES CIVEIS	4.414.422,61
		PROVISAO P/ CONTING. FISCAIS	0,00
		RECEITA DIFERIDA ISS/IPTU	17.844.597,11
		SUB INVEST PAC	10.509.660,01
		PATRIMONIO LIQUIDO	-5.685.155,46
		CAPITAL SOCIAL	246.149.586,14
		ADTO P/ FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	126,13
		SUB INVEST A APROPR	0,00
		RESERVA DE REAVALIACAO	114.524.561,13
		PREJUIZOS ACUMULADOS	-366.359.428,86
	0,00		0,00

(Em R\$)	31/12/2022
REC VDA BENS SERV	94.698.386,24
RECEITA BRUTA	35.100.330,36
SUBVENCAO MUNICIPAL	66.268.711,83
IMPOSTOS	-6.670.655,95
CANC / DEV / ABAT	0,00
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-29.873.806,71
RESULTADO BRUTO	64.824.579,53
DESPESAS OPERACIONAIS	-6.193.267,67
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-6.183.159,98
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	-10.107,69
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	58.631.311,86
RESULTADO FINANCEIRO	-3.992.186,46
RECEITAS FINANCEIRAS	613.586,14
DESPESAS FINANCEIRAS	-4.605.772,60
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	54.639.125,40
IRPJ E CSLL	-2.985.583,39
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	51.653.542,01

(Em R\$)	31/12/2022
REC VDA BENS SERV	302.295.131,69
RECEITA BRUTA	204.464.948,14
SUBVENCAO MUNICIPAL	124.637.822,00
IMPOSTOS	-26.023.941,00
CANC / DEV / ABAT	-783.697,45
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-163.586.291,34
RESULTADO BRUTO	138.708.840,35
DESPESAS OPERACIONAIS	-56.584.852,80
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-58.229.388,25
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	1.644.535,45
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	82.123.987,55
RESULTADO FINANCEIRO	-13.606.073,16
RECEITAS FINANCEIRAS	7.316.206,95
DESPESAS FINANCEIRAS	-20.922.280,11
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	68.517.914,39
IRPJ E CSLL	-3.784.154,52
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	64.733.759,87

=

São Paulo Turismo S.A.

**Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021
acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes

Relatório da Administração

Demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas

São Paulo Turismo S.A

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **São Paulo Turismo S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **São Paulo Turismo S.A** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Continuidade operacional dos negócios

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, em 31 de dezembro de 2022 a apresentou passivo a descoberto de R\$5.685, o que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Aliando a isso, a Companhia, desde 2020 vem sendo incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo e desta forma deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.876/2022 (LOA). Cabe ainda mencionar que esses eventos, com a aprovação e publicação da Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, que dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A (não tendo caráter auto executório, tampouco obrigatório). Até 31 de dezembro de 2022, não há qualquer evidência, por parte da acionista controladora da São Paulo Turismo S.A., a Prefeitura Municipal de São Paulo, de autorização para início de eventual procedimento para dissolução, liquidação e extinção desta Companhia. No que se refere ao desempenho operacional da Companhia, chamamos a atenção às notas explicativas nº 6 e 26, que demonstram que as transações com partes relacionadas representam parte significativa das operações de serviços da São Paulo Turismo S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a acionista foi responsável por 97,33% da receita total auferida pela

2

Companhia e mantém recebíveis no montante líquido de R\$35.197 mil. Em 31 de dezembro de 2022 os ativos e passivos da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Concessão Onerosa

Conforme divulgado pela Companhia em Nota Explicativa nº 1.2.1 às demonstrações contábeis, a São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela “Concorrência Internacional nº 001/20”, o qual adjudicou a concessão do “Complexo Anhembi” à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 anos. Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e a Interviente-Anuente (Município de São Paulo). O contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R\$53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022. A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga variável mínima de R\$ 10.000 mil e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária. A assinatura da “Ordem de início” ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária. Os bens vinculados à Concessão são reversíveis à São Paulo Turismo S.A., ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção. Nossa conclusão não contém modificação em virtude desses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Transações com partes relacionadas

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A Companhia obteve grande parte de suas receitas auferidas de transações entre partes relacionadas, cuja operações tiveram efeito significativo nas demonstrações contábeis da Companhia, podendo acarretar risco quanto à capacidade do auditor em obter evidências de auditoria de que todos os aspectos da transação com parte relacionada são equivalentes aos de transação similar sob condições usuais de mercado. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, contemplaram: (i) entendimento das transações entre partes relacionadas para identificação de operações fora do curso normal dos negócios da Companhia; (ii) análise do reconhecimento, mensuração das transações entre partes relacionadas; e (iii) exame da divulgação das transações entre partes relacionadas em nota explicativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as informações contábeis do ativo imobilizado, partes relacionadas e provisão para contingência e seus reflexos nas demonstrações contábeis, bem como suas respectivas divulgações apresentadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Provisão para contingências

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A Companhia possui diversos processos judiciais e administrativos em andamento, principalmente de natureza cível e trabalhista, cuja Administração, amparada de seus assessores jurídicos internos, classifica probabilidades de perdas entre remota, possível e provável. Esse assunto exige julgamento crítico envolvendo estimativas significativas baseadas em opiniões legais de assessores jurídicos, em relação à probabilidade de êxito e estimativa de perdas relacionadas às discussões judiciais ou riscos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis: Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, contemplaram: (i) entendimento dos procedimentos adotados pelos assessores jurídicos no controle e avaliação de processos judiciais e administrativos, e da base de julgamento das estimativas de perdas e prognósticos adotados diante das informações disponíveis; (ii) obtenção da carta de confirmação junto aos assessores jurídicos internos da Companhia e avaliação da classificação das probabilidades de perda de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, comparando com os registros extracontábeis; (iii) teste de aderência entre as informações contábeis registradas e divulgadas em nota explicativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzida sob a nossa responsabilidade, cuja opinião em 22 de março de 2022, não continha ressalva. Constou de parágrafo de ênfase sobre os mesmos assuntos descritos em “continuidade operacional dos negócios” e “concessão onerosa.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Luiz Carlos Soares da Silva
Contador CRC 1SP-228.054/O-4

Conatus Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-037.537/O-1

SÃO PAULO TURISMO S/A
Companhia Aberta
CNPJ 62.002.886/0001-60

**Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022 e
Relatório dos Auditores Independentes**

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisoicial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021, E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

CONTEÚDO

Relatório da Administração	9
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações dos resultados	18
Demonstrações dos resultados abrangentes	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa	21
Demonstrações do valor adicionado	22
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	23
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	50
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	52

SÃO PAULO TURISMO S/A

Companhia Aberta

CNPJ: 62.002.886/0001-60

Relatório da Administração 2022

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisoicial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCOS ARBAITMAN

Presidente do Conselho de Administração

Membros do Conselho

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA
ANDRÉ LUIZ POMPÉIA STURM
ANTONIO CARLOS CARUSO
CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO
EDNILSON BEZERRA CABRAL
OMAR CASSIM NETO
OSVALDO ARVATE JÚNIOR

DIRETORIA

GUSTAVO GARCIA PIRES

Diretor Presidente

PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI

Diretor Jurídico e de Conformidade

RAFAEL CARVALHO DA LAVRA

Diretor de Representação dos Empregados

RODRIGO KLUSKA ROSA

Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

FERNANDA ASCAR DE ALBUQUERQUE ABRANCHES ODA

Diretora de Turismo

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO

Diretor de Clientes e Eventos

SANDRO AUGUSTO CUOGHI

Diretor de Estruturação de Negócios

CONSELHO FISCAL

DANILO HATSUMURA
EMERSON ONOFRE PEREIRA
GENIVAL FRANCISCO DA SILVA
JESUS PACHECO SIMÕES
PAULO CÉSAR TEODORO BECHTLUFFT

Contador

KOITI KODAMA

Contador – CRCCT n.º 1SP150004/O-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da São Paulo Turismo S.A. (“Companhia”), em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes do exercício, acompanhados das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Empresa Estatal Dependente

A Companhia está incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo. Assim, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2023, a Companhia deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.876/2022 (LOA).

Governança Corporativa

A Companhia informa aos investidores as práticas que adota em relação aos padrões de governança corporativa em modelo de divulgação determinado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e no "Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Aberta”, em atendimento à Resolução CVM nº 80/22.

Desempenho

Em 2022, com a retomada dos eventos presenciais a Receita Operacional Bruta da Companhia foi de R\$ 204.465 mil, 167% acima do ano anterior. Deste montante R\$ 191.744 mil (94%) referem-se a eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, um incremento de 169%; em relação ao ano anterior. Em 2022 foram organizados 2491 eventos para a PMSP.

A receita com a prestação de serviços públicos concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

No setor privado o incremento foi de 135% na Receita Operacional Bruta, em relação ao ano anterior, devido principalmente ao reconhecimento da receita da outorga variável da concessão do Complexo Anhembi para a SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.

Durante 2022 a Companhia continuou com o seu processo de reestruturação administrativa, iniciado em 2021 com a concessão do Complexo Anhembi para a iniciativa privada, a conclusão do Plano de Demissão Voluntária – PDV e enxugamento do quadro de pessoal e a mudança para uma nova sede no centro da cidade de São Paulo.

Com estas ações a Companhia obteve uma redução das despesas administrativas de 38% em relação a 2021, sendo que especificamente nas despesas com pessoal administrativo a redução foi de 42%.

Além disso, houve uma mediação conduzida pela Procuradoria Geral do Município (PGM) para sanar uma dívida com a SPTrans, empresa também controlada pela Prefeitura do Município de São Paulo, em ação de cobrança no processo 0006426-64.2003.8.26.0053 SEI 7210.2021/0002272-3, referente a serviços de transporte de integrantes das entidades do samba relativos ao evento Carnaval dos anos de 1984 a 1993, não reconhecida por esta Companhia, que resultou numa subvenção recebida da Prefeitura do Município de São Paulo, no valor de R\$ 57.659 mil, com base no Decreto 62.064/2022, para pagamento de sentença judicial a favor da SPTrans, com transações internas e a devida quitação dos débitos feita no dia 21 de dezembro de 2022.

O Lucro Líquido em 2022 foi de R\$ 64.734 mil, 187% maior que em 2021, isso em razão da retomada dos eventos presenciais pós-pandemia do COVID-19 e a maior eficiência da Companhia após reestruturação administrativa finalizada no mês de fevereiro. Vale destacar que mesmo que a Companhia não tivesse recebido a subvenção de R\$57.659 mil para custear o pagamento da ação movida pela SPTrans, teríamos um lucro líquido de aproximadamente R\$ 12.400 mil, o que indica que todos os esforços de reestruturação administrativa e busca de receitas estão dando resultado.

O quadro abaixo mostra o faturamento de serviços prestados e locações até 31 de dezembro de 2022 comparado a 2021, em R\$ mil.

	dez-2022	dez-2021	Var. %
(+) EVENTOS / PMSP	191.744	71.279	169%
(+) ANHEMBI	12.721	5.402	135%
(=) RECEITA OPERACIONAL (a)	204.465	76.681	167%
(+) SUBVENÇÕES (b)	124.638	113.287	10%
(=) RECEITA TOTAL	329.103	189.968	73%

Variações relevantes:

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisoficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

a) O aumento de 167% na Receita Operacional decorreu da retomada dos eventos e do aumento da eficiência de processos da Companhia após reestruturação administrativa e a Concessão do Complexo do Anhembi;

b) Das subvenções, apenas R\$ 34.834 mil referem-se a custeio/folha de pagamentos, aprovados na LOA. R\$ 57.659 mil, referem-se ao valor recebido da Prefeitura do Município de São Paulo para pagamento da ação movida pela SPTrans em relação ao transporte de integrantes de entidades do samba, nos carnavais de 1984 a 1993. R\$ 4.475 mil foram para custeio das provisões com ações judiciais, ambos por meio de Decreto Adicional Suplementar. R\$ 12.694 mil foram para pagamento de parte do PDV/Reestruturação da empresa. Já R\$ 14.975 mil, referem-se à recomposição do caixa de ações de políticas públicas solicitadas pelo acionista majoritário para o combate ao COVID-19.

Caso a Companhia não tivesse recebido como subvenção o valor do pagamento da ação para a SPTrans, citado acima, teríamos uma redução de 41% (R\$ 46.308 mil) nos valores de subvenção; o que indica que a Companhia vem caminhando para deixar de ser uma empresa estatal dependente.

O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa até dezembro, comparativo de 2022 e 2021 (em R\$ mil).

Descrição	Anual / Acumulado		
	Dez/22	Dez/21	Variação
1. TOTAL ENTRADAS	381.584	184.495	107%
1.1 Anhembi	42.854	30.332	41%
1.2 Eventos / PMSP (a)	214.093	40.877	424%
1.3 Subvenções Municipais (b)	124.637	113.286	10%
2. TOTAL SAÍDAS	357.553	212.454	68%
2.1 Pessoal (c)	65.723	56.971	15%
2.2 Serviços Públicos	1.215	4.381	-72%
2.3 Tributos/ Parcelamento	15.289	11.572	32%
2.4 Fornecedores/ Outras (a)	275.327	139.530	97%
RESULTADO	24.031	-27.959	186%

- a) O aumento dos recebimentos, item 1.2 Eventos em 424% e o aumento dos pagamentos a fornecedores, item 2.4, em 97% foi decorrente da retomada dos eventos na cidade de São Paulo.
- b) O aumento em 10%, item 1.3 Subvenções, refere-se ao valor recebido da Prefeitura do Município de São Paulo para pagamento à ação movida pela SPTrans em relação ao transporte de integrantes de entidades do samba, nos carnavais de 1984 a 1993, no valor de R\$ 57.659 mil;
- c) Aumento de 15% em Pessoal, item 2.1, e redução de 72% em Serviços Públicos, item 2.2., decorreu principalmente com custos da reestruturação administrativa no início de 2022 e mudança da sede em virtude da concessão do Complexo Anhembi, compensados com reduções nos custos efetivos da folha de pagamento, no valor de aproximadamente R\$ 14 milhões.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, durante o exercício de 2022, os Auditores Independentes, Conatus Auditores Independentes S/S, prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Relações com os Investidores

A Companhia disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como por meio de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0670, e-mail: rodrigokluska@spturis.com).

Considerações finais

O Lucro Líquido obtido em 2022, com o aumento da Receita com Eventos, consolidou o importante papel que a Companhia tem no planejamento, organização e administração de eventos para a Cidade de São Paulo, o que reforça que a Companhia segue em recuperação e ascensão.

Para 2023 a Companhia seguirá dinâmica e atuante, com os novos eventos que está trazendo para a Cidade São Paulo e o aprimoramento dos seus processos e governança.

Agradecimentos

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisoficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 28 de março de 2023.

A Administração

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	5	46.930	22.900
Contas a receber de clientes	6	33.561	54.266
Tributos a recuperar	7	20.981	16.207
Despesas antecipadas		4.778	1.648
Valores a receber - Concessão		10.000	-
Outros valores a receber		209	185
Total circulante		116.459	95.206
Não circulante			
Realizável a longo prazo	16	2.252	4.657
Propriedades para Investimento	8	207.080	-
Imobilizado	9	873	213.608
Intangível	10	4.759	104
Total não circulante		214.964	218.369
Ativo total		331.423	313.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	19.232	23.302
Obrigações trabalhistas	12	7.573	32.823
Obrigações tributárias	13	38.448	26.151
Arrendamentos	14	1.068	-
Recursos Carnaval futuro	13	13.636	32
Empresas municipais		372	354
Adiantamentos de clientes	15	14.100	14.399
Receita diferida ISS/IPTU	12	1.708	1.708
Subvenções	17	840	840
Total circulante		96.977	99.609
Não circulante			
Empresas municipais		496	826
Obrigações tributárias	12	118.961	117.440
Arrendamentos	14	3.827	-
Provisões para contingências	16	38.633	83.859
Adiantamentos de clientes	15	49.859	51.650
Receita diferida – ISS/IPTU	12	17.845	19.553
Subvenções	17	10.510	11.349
Total não circulante		240.131	284.677
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	18	246.149	246.149
Reserva de reavaliação		114.525	115.448
Prejuízos acumulados		(366.359)	(432.308)
Total do passivo a descoberto		(5.685)	(70.711)
Total do passivo e do passivo a descoberto		331.423	313.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita líquida de prestação de serviços	19	302.295	173.744
Custo dos serviços prestados	20.1	(163.586)	(124.865)
Resultado bruto		138.709	48.879
Despesas operacionais		(56.585)	(92.009)
Despesas administrativas	20.2	(58.229)	(93.489)
Outras receitas operacionais		1.644	1.480
Resultado operacional antes do resultado financeiro		82.124	(43.130)
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras, líquidas	21	(13.606)	(31.488)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		68.518	(74.618)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(3.784)	-
Lucro Líquido/ (Prejuízo) dos exercícios		64.734	(74.618)
Lucro/ (Prejuízo) por ação (Em reais)	23	7,58	(8,73)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido/ (Prejuízo) dos exercícios	64.734	(74.618)
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	1.215	1.226
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(292)	(295)
	923	931
Resultado abrangente do exercício	65.657	(73.687)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio
Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de reavaliação	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	246.149	116.379	(358.916)	3.612
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.226)	1.226	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	295	-	295
Prejuízo do exercício	-	-	(74.618)	(74.618)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021	246.149	115.448	(432.308)	(70.711)
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.215)	1.215	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	292	-	292
Lucro líquido do exercício	-	-	64.734	64.734
Saldos finais em 31 de dezembro de 2022	246.149	114.525	(366.359)	(5.685)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Atividades operacionais	36.741	(63.125)
Lucro líquido/ (Prejuízo) dos exercícios	64.734	(74.618)
Ajustes – itens que não afetam o caixa:	(27.993)	11.493
Depreciação e amortização	6.688	8.014
Resultado de baixa de ativo imobilizado e intangível	35	142
Realização de subvenção em imobilizado	(839)	(841)
Juros e variações monetárias	14.286	1.368
Receita diferida realizada	(2.000)	2.853
Provisões para contingências	(45.226)	(1.340)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	397	819
Provisão de férias	(1.334)	478
Variações nos ativos e passivos	(11.883)	37.283
Clientes	20.308	(38.262)
Almoxarifado	-	812
Despesas antecipadas	(3.130)	(889)
Tributos a recuperar	(5.302)	(3.121)
Depósitos judiciais	2.405	(3.410)
Concessão Complexo Anhembi	(10.000)	-
Outros ativos	(24)	(28)
Fornecedores	(3.425)	10.648
Obrigações tributárias	(144)	21.352
Obrigações trabalhistas	(24.033)	25.689
Adiantamentos de clientes	(2.090)	57.578
Recursos federais – obra PAC	-	(12.027)
Recursos municipais – Eventos	13.604	(21.029)
Outros passivos	(52)	(30)
Recursos líquidos originados (aplicados) em atividades operacionais	24.858	(25.842)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição) / baixa de ativo imobilizado	(420)	(2.146)
(Aquisição) / baixa de ativo arrendado	(5.303)	-
Recursos líquidos aplicado em atividades de investimento	(5.723)	(2.146)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) passivo de arrendamento	4.895	-
Recursos líquido originado em atividades de financiamento	4.895	-
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	24.030	(27.988)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.900	50.888
Caixa e equivalentes de caixa em no final do exercício	46.930	22.900
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	24.030	(27.988)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	204.465	76.681
Outras Receitas	1.645	1.480
Receitas Canceladas	(784)	(2.493)
Reversão (constituição) de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(397)	(819)
	204.929	74.849
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(157.957)	(125.990)
	(157.957)	(125.990)
Valor Adicionado Bruto	46.972	(51.141)
Retenções		
Depreciação e amortização	(6.688)	(8.014)
	(6.688)	(8.014)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa	40.284	(59.155)
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	7.316	(10.916)
	7.316	(10.916)
Valor Adicionado Total a Distribuir	47.600	(70.071)
Distribuição do Valor Adicionado	47.600	(70.071)
Remuneração do trabalho	47.789	72.380
Remuneração (consumo) dos Governos	(69.217)	(68.030)
Federal	38.347	24.104
Municipal	(107.564)	(92.134)
Impostos municipais	17.074	21.152
Subvenções municipais	(124.638)	(113.286)
Remuneração de capitais de terceiros	4.294	197
Lucros (prejuízos) dos acionistas	64.734	(74.618)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTuris”), com sede na Rua Boa Vista, 280, 16º andar, Centro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos de pequeno, médio e grande porte, carnaval, congressos e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia aprovou em 28 de março de 2023 as presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2023.

1.1. Empresa Estatal dependente

A Companhia vem sendo incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo. Assim, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2023, a Companhia deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.876/2022 (LOA).

1.2. Reorganização da administração pública municipal

1.2.1. Concessão Complexo Anhembi

Em 14 de janeiro de 2021 foi homologado o procedimento licitatório promovido pela “Concorrência Internacional nº 001/20”, o qual adjudicou a concessão do “Complexo Anhembi” à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 anos.

Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e a Interveniente-Anuente (Município de São Paulo). O

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisooficial

 /spturis

 spturis

 turismosaopaulo

contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R\$53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022.

A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga variável mínima de R\$ 10.000 mil e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária.

A assinatura da “ORDEM DE INÍCIO” ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária.

Os bens vinculados à Concessão são reversíveis à SPTuris, ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

Os autos do processo licitatório da Concessão constam do processo SEI Nº 7210.2020/0000956-3.

1.2.2. Enxugamento do Quadro de Pessoal

A força de trabalho da Companhia foi reduzida como parte das ações decorrentes da concessão e reestruturação administrativa. O quadro de funcionários comparativo em 31/12/2022 e 31/12/2021 estava constituído conforme abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Com vínculo	150	268
Carreira	107	220
Livre provimento	43	48

1.3. Continuidade operacional

As informações contábeis em 31 de dezembro de 2022 apresentaram passivo a descoberto de R\$ 5.685 (R\$70.711 em 31 de dezembro de 2021). A redução do passivo a descoberto teve como principal elemento o lucro líquido de R\$ 64.734 mil, cujos principais componentes foram a retomada dos eventos presenciais pós-pandemia do COVID-19 e a maior eficiência da Companhia após reestruturação administrativa finalizada no mês de fevereiro. Além disso, houve uma mediação conduzida pela Procuradoria Geral do Município (PGM) para sanar uma dívida com a SPTuris, empresa também controlada pela Prefeitura do Município de São Paulo, em ação de cobrança no processo 0006426-64.2003.8.26.0053 SEI 7210.2021/0002272-3 referente a serviços de transporte de integrantes das entidades do samba relativos ao evento Carnaval dos anos de 1984 a 1993, não reconhecida por esta Companhia, que resultou numa subvenção recebida da Prefeitura do Município de São Paulo, no

valor de R\$ 57.659 mil, com base no Decreto 62.064/2022, para pagamento de sentença judicial a favor da SPTrans, com transações internas e a devida quitação dos débitos feita no dia 21 de dezembro de 2022.

Com a Concessão do Complexo Anhembi e a instituição do plano de demissão voluntária, houve redução do quadro de colaboradores. Também houve a redução dos gastos com infraestrutura, e ainda o incremento da receita da outorga. As receitas com eventos realizados para a Prefeitura do Município de São Paulo aumentaram 169% e as despesas administrativas reduziram em 37%, sendo que as de pessoal administrativo reduziram em 42%.

A Administração da Companhia acredita que com essas medidas em curso e outras que poderão ser implementadas durante o exercício trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro para a liquidação das obrigações de curto e longo prazos, assim como otimizar ainda mais o resultado econômico-financeiro.

As informações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das suas atividades, não contemplando nenhum ajuste nos ativos e passivos, que seriam aplicáveis caso a Companhia estivesse em situação de paralisação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis da Companhia foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados a valor justo.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração e, como consequência, deve ser

considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, estão sendo ajustadas levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas, seguindo as orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/22 emitido pela CVM.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do exercício social anterior, findo em 31 de dezembro de 2021.

a) Moeda funcional – As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados;

b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- A receita referente à Outorga do Complexo do Anhembi é reconhecida de forma linear durante a vigência do contrato, e os valores contingentes são reconhecidos conforme se tornem exigíveis;
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”);

c) Estimativas contábeis – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, propriedade para investimentos, receita diferida, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

d) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Assim como neste exercício de 2022, bem como durante o exercício de 2021 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

e) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

f) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

g) Propriedade para investimento – Inclui os ativos cujo direito de uso foi cedido por 30 anos do âmbito do Contrato de Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi. A Companhia adota o método do custo. Os terrenos foram reavaliados na data base 10/2006. Edifícios, benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos também foram reavaliados na data base de 10/2006 e, a partir desta, são incorporados pelo custo de aquisição. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa nº 9;

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “*impairment*”: O saldo de imobilizado, outros ativos e propriedade para investimentos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Intangível – A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos de terceiros. Os gastos com registros de marcas próprias são reconhecidos diretamente em despesas. Os direitos de uso de software estão totalmente amortizados em 31/12/2022.

Os ativos arrendados são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamento de ativos de baixo valor e
- Arrendamento com duração igual ou inferior a 12 meses.

São inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescidos por:

- Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; e
- Custos diretos incorridos iniciais.

Os ativos arrendados são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento;

j) Adiantamentos de Clientes – A Companhia recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos, a partir da concessão, foram repassados à Concessionária;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

m) Arrendamentos – Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao longo do prazo do arrendamento, com a taxa de desconto implícita do contrato. Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados;

n) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, Resolução CVM nº 72/22 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

o) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

p) Reconhecimento da receita – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento que possa ser determinado, em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

q) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 31 de dezembro de 2022, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

Normas	Data de início
IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguros	01/01/2023
Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como circulantes ou não circulantes	01/01/2023
Alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis	01/01/2023
Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis	01/01/2023

R. Boa Vista, 280
 +55 11 2226-0400
 www.spturis.com

 @spturisoicial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originários de transação única ("single transaction")

01/01/2023

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 não produzirão impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bens numerário	-	30
Conta movimento	88	1.951
Aplicações financeiras	46.842	20.919
	46.930	22.900

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média de 98%, contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, sem risco de mudança de valor. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Clientes no País (a)	3.206	39.400
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo)	35.197	13.431
Serviços / Locações a faturar	-	5.880
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.842)	(4.445)
	33.561	54.266

(a) Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A idade e valores de nossas contas a receber de clientes, líquidos de provisão para perdas, classificados no ativo circulante, estão demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer:	17.262	42.506
Vencidos até 30 dias:	9.230	2.818
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	-	460
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	1.608	2.671
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	-	5.717
Vencidos há mais de 180 dias:	10.303	4.539
Total:	38.403	58.711

Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	4.445	3.626
Aumento da provisão	504	4.975
Reversão de provisão	(107)	(4.156)
Saldos no final do exercício	4.842	4.445

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ a compensar (a)	6.118	8.200
CSLL a compensar	1.285	1.285
INSS a compensar (b)	13.336	6.257
COFINS a compensar	58	382
PIS a compensar	184	83
	20.981	16.207

(a) IRPJ a Compensar é constituído pela retenção de IRRF sob as notas fiscais e ao saldo negativo apurado no exercício de 2022, que será realizado no próximo ano.

(b) O INSS a Compensar diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados. A realização do mesmo acontecerá nos próximos anos.

8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A movimentação de investimentos está demonstrada a seguir:

Propriedades para Investimentos	Líquido 31/12/2021	Transferências do imobilizado - Concessão	Depreciação	Líquido 31/12/2022
Terrenos	-	121.122	-	121.122
Edifícios e benfeitorias	-	81.333	(4.494)	76.839
Túnel de serviços	-	1.577	(179)	1.398
Estacionamento	-	5.446	(418)	5.028
Ruas, praças e jardins	-	1.138	(123)	1.015
Instalações	--	2.333	(655)	1.678
Total de Investimentos – Propriedades para investimentos	-	212.949	(5.869)	207.080

Com o início do contrato de concessão do Complexo Anhembi, a natureza da infraestrutura se modificou, de uso próprio, para cessão de controle por meio do direito de uso da concessionária, saindo do escopo do CPC 27 – Ativo imobilizado para o CPC 28 – Propriedade para investimento, uma vez que o ativo não é mais mantido para o uso próprio, passando a gerar fluxos de caixa independentes dos demais ativos da Companhia.

9. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/12/2022	Líquido 31/12/2021
Terrenos	-	-	-	-	-	121.122
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-	81.333
Túnel de serviços	-	-	-	-	-	1.577
Estacionamento	-	-	-	-	-	5.446
Ruas, praças e jardins	-	-	-	-	-	1.138
Instalações	-	-	-	-	-	2.333
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.684	(5.881)	(39)	764	567
Veículos	20%	690	(690)	-	-	-
Móveis e utensílios	10%	2.700	(2.592)	(16)	92	68
Outros ativos fixos	20% e 10%	320	(302)	(1)	17	24
Total imobilizado		10.394	(9.465)	(56)	873	213.608

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Imobilizado	Líquido 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência para Investimentos - Concessão	Líquido 31/12/2022
Terrenos	121.122	-	-	-	(121.122)	-
Edifícios e Benfeitorias	81.333	-	-	-	(81.333)	-
Túnel de Serviços	1.577	-	-	-	(1.577)	-
Estacionamento	5.446	-	-	-	(5.446)	-
Ruas Praças e Jardins	1.138	-	-	-	(1.138)	-
Instalações	2.333	-	-	-	(2.333)	-
Máquinas e equipamentos	567	351	(13)	(141)	-	764
Moveis e Utensílios	68	69	(18)	(27)	-	92
Outros ativos fixos	24	-	(4)	(3)	-	17
Total Imobilizado	213.608	420	(35)	(171)	(212.949)	873

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. Em 31 de dezembro de 2021, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável para instalações, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios. Com base em laudo preparado por especialista independente em 2020 e atualizado internamente em 2021, os referidos itens selecionados foram considerados no estado e cotados junto a fornecedores, levando em consideração a política de investimento para definição do valor dos bens. Em 2022, o imobilizado civil objeto da concessão, no montante de R\$ 212.949, foi transferido para propriedade para investimentos. Espera-se sua valorização, diante das benfeitorias a serem feitas pela Concessionária no exercício do seu direito de exploração.

10. INTANGÍVEL

Intangível	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2022	Líquido 31/12/2021
Programas e sistemas	20%	2.265	(2.265)	-	104
Arrendamento do imóvel da sede	20%	5.303	(544)	4.759	-
Total intangível		7.568	(2.809)	4.759	104

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

Intangível	Líquido 31/12/2021	Adições	Amortização	Líquido 31/12/2022
Programas e Sistemas	104	-	(104)	-
Arrendamentos	-	5.303	(544)	4.759
Total Intangível	104	5.303	(648)	4.759

O arrendamento refere-se ao prédio da nova sede.

11. FORNECEDORES

		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer		15.279	17.703
Vencidos:			
Vencidos até 30 dias:	(a)	287	1.345
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a)	74	744
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a)	2	-
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a)	226	-
Vencidos há mais de 180 dias	(b)	3.364	3.510
Total		19.232	23.302

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o Fisco. Outros fornecedores em atraso decorrem de questões referentes à prestação dos serviços e são direcionados a processos administrativos ou à via judicial. Nestes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que estão sendo discutidas judicialmente.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Rescisões		-	12.644
INSS empresa		1.815	4.087
INSS retido		109	471
Férias e encargos		3.326	4.660
IRRF		601	1.003
FGTS		210	875
Consignações		32	62
Dissídio e encargos salariais (a)		1.480	9.021
		7.573	32.823

(a) O valor de R\$ 1.480 refere-se ao saldo remanescente de funcionários inativos do dissídio do ano de 2016 e de funcionários ativos do dissídio de 2022.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante			
IRPJ a recolher		1.663	-
CSLL a recolher		1.323	-
Prefeitura de São Paulo (IPTU/2021)	(b)	16.746	14.081
Parcelamento IPTU/ISS	(a)	12.174	11.378
Impostos a recolher:			
COFINS a recolher	(c)	4.408	-
PIS a recolher	(c)	956	-
Impostos retidos		1.178	692
		38.448	26.151
Não circulante			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	114.332	112.520
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		4.629	4.920
		118.961	117.440
Total circulante e não circulante		157.409	143.591

(a) Em 23/06/2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Saldo de R\$ 67.655 em 31/12/2022 referente a 149 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora.

Em 01/10/2021 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 17.557/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações decorrem de autuações adicionais de IPTU de 2014 a 2020. Saldo de R\$ 58.851 em 31/12/2022, referente a 105 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 60% dos juros de mora.

Os benefícios de redução de encargos, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, caso haja inadimplência

Os parcelamentos do PPI classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 têm o seguinte cronograma de vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>R\$ mil</u>
2024	12.175
2025	12.175
2026	12.175
2027	12.175
2028 em diante	65.632
Total	114.332

(b) Refere-se ao IPTU do exercício de 2021.

(c) Em Novembro de 2022, a SPTuris aderiu à Instrução Normativa RFB nº 2.114/2022, que dispõe sobre a aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), atualizada pelos artigos vetados pelo Presidente da República, mantido pelo Congresso Nacional e publicação na Edição Extra B do DOU de 18/3/2022. Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia do COVID-19 e Instrução Normativa RFB nº 2.121/2022. Esta consolida as normas sobre a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação. A oportunidade dessa adesão contempla a aplicação da alíquota zero para os tributos de PIS/Pasep e Cofins sobre as atividades permitidas.

14. ARRENDAMENTOS

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o imóvel alugado da sede caracteriza-se como um arrendamento mercantil financeiro, tendo em vista o fato de ser um direito de uso contratado por um prazo de 60 meses e ter valor relevante.

O valor referente ao reconhecimento inicial do direito de uso do ativo arrendado e da obrigação assumida é demonstrado a seguir:

Reconhecimento inicial do direito de uso	<u>31/12/2022</u>
5 anos de aluguel	5.957
Ajuste a valor presente	(654)
Valor do direito de uso	<u>5.303</u>
Amortização	(544)

Saldo em 31/12/2022	4.759
Obrigação assumida	31/12/2022
Valor do direito de uso	5.303
Amortização	(408)
	4.895
Circulante	1.068
Não circulante	3.827

15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	5.780	5.780
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	4.749	4.740
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	386	386
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	1.332	1.638
	12.247	12.544
Adiantamentos de clientes	62	64
Concessão Anhembi diferida	1.791	1.791
	14.100	14.399
Não circulante		
Concessão Anhembi diferida	49.859	51.650
	49.859	51.650
Total circulante e não circulante	62.959	66.049

As cessões de áreas para serem realizadas dependem de valores que são adiantados pelos promotores dos eventos. Por ocasião da realização das cessões de áreas tais valores seriam reconhecidos no resultado como receitas. Tendo em vista que o Complexo Anhembi foi objeto de concessão em 2021, a administração dos contratos de cessões de áreas foi transferida para a concessionária. A partir do confronto entre os valores adiantados, aplicação dos recursos e efetiva realização das cessões das áreas, tais valores terão o encaminhamento adequado.

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento nº 25, Resolução CVM nº 72/22, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

(a) Provisões constituídas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cíveis	4.414	59.000
Trabalhistas	8.923	7.855
Provisão para dissídios e encargos	<u>25.296</u>	<u>17.004</u>
Total	38.633	83.859

Cíveis – Em 12/2022 foi revertido o valor da provisão de R\$ 57.892 referente à ação de cobrança por serviços tomados de transporte de integrantes das escolas de samba das suas sedes até o local do desfile nos Carnavais de 1984, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1993 e 1997 efetuados pela SPTrans. A abertura do crédito para a subvenção recebida da Prefeitura do Município de São Paulo constou do Decreto 62.064/2022, fruto dos trabalhos de Mediação conduzidos pela Procuradoria Geral do Município – PGM, com participação da SPTuris e SPTrans, tratados no Processo SEI 7210.2021/0002272-3 e cujas transações internas com a devida quitação dos débitos, que se deu no dia 21 de dezembro de 2022.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – Refere-se aos dissídios de acordos coletivos de trabalho de 2017 a 2020, para aumento nos salários, vales alimentação e refeição, encargos trabalhistas e piso salarial.

	Cíveis	Trabalhistas	Dissídios
Saldos no final do exercício 31/12/2021	59.000	7.855	17.004
Novos processos	70	7.957	-
Processo baixado SPTrans	(57.892)	-	-
Outros processos baixados	(2.528)	(7.059)	-
Alterações nos processos existentes	<u>5.764</u>	<u>170</u>	<u>8.292</u>
Saldos no final do exercício 31/12/2022	4.414	8.923	25.296

(b) Passivos contingentes não provisionados

<u>Tipo de Ação</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ações Cíveis	33.607	2.012
Trabalhistas	11.566	2.676
	45.173	4.688

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco de perda possível no médio prazo, considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

No atinente às ações cíveis, a maior parte das ações está relacionada a quatro processos judiciais. Já no tocante às ações trabalhistas, o saldo contingenciado é objeto de diversos processos judiciais.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$2.252 (R\$ 4.657 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da Companhia acredita que a resolução destes processos judiciais classificados nas probabilidades de perdas possíveis e prováveis não produzirão efeitos significativamente diferentes aos montantes provisionados.

17. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	840	840
Não circulante	10.510	11.349
Total de subvenções governamentais	11.350	12.189

Saldo contábil de subvenções aplicadas no complexo Anhembi com recursos do Governo Federal obtidos no Programa de Aceleração do Crescimento PAC em 2013, realizado de forma cotejada conforme a realização do respectivo ativo imobilizado

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 31/12/2022
Ações da PMSP	8.237.283	-	27.765	8.265.048	238.116
Ações em tesouraria	379	478	259	1.116	32
Ações de minoritários	170.215	44.544	62.971	277.730	8.001
Saldos em 31/12/2021	8.407.877	45.022	90.995	8.543.894	246.149

A Companhia contava com cerca de 3.654 acionistas em 31/12/2022. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais classe A e AHEB6 para ações preferenciais classe B.

b) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
Saldo em 31/12/2021	120.369	(4.921)	115.448
Realização da reserva de reavaliação	(1.215)	-	(1.215)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	292	292
Saldo em 31/12/2022	119.154	(4.629)	114.525

19. RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas brutas, antes da dedução dos impostos sobre os serviços, cancelamentos de cessões de áreas e descontos são demonstradas abaixo.

		31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta			
Eventos		191.744	71.279
Outras receitas		930	5.104
Concessão Parque Anhembi		11.791	298
Total da receita bruta		204.465	76.681
Deduções da Receita Bruta			
Impostos			
(-) ISS		(3)	(34)
(-) COFINS		(21.886)	(11.257)
(-) PIS		(4.135)	(2.440)
Total de impostos		(26.024)	(13.731)
Outras deduções da receita		(784)	(2.493)
Total de deduções		(26.808)	(16.224)
Receita líquida		177.657	60.457
Subvenções	(a)	124.638	113.287
Receita líquida, incluindo subvenções		302.295	173.744

(a) Subvenções são geralmente recursos que saem dos cofres públicos para empresas com o objetivo de fomentar determinado setor da economia. A análise da influência na sociedade da aplicação do recurso governamental pode ser feita com base na Demonstração de Valor Adicionado – DVA, a qual evidencia a contribuição da empresa no Produto Interno Bruto – PIB, a partir de uma metodologia contábil. Pela metodologia econômica, o PIB mede a riqueza produzida apenas com os bens e serviços finais, para evitar dupla contagem.

20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

20.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços Prestados	144.479	91.758
Equipamentos	20	273
Utilidades e Serviços	827	18.391
Mão de Obra Direta	13.950	9.854
Depreciação	4.310	4.589
	163.586	124.865

20.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações, encargos sociais e benefícios	39.669	68.097
Utilidades e serviços	364	404
Honorários	823	775
Manutenções e locações	2.402	1.892
Despesas gerais	66.237	13.178
Propaganda e publicidade	105	278
Tributos, taxas e contribuições	221	870
Depreciações e amortizações	924	669
Provisões e reversões de provisões	(52.516)	7.326
	58.229	93.489

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2022	31/12/2021
Perdas com contas a receber	-	(12.782)
Variações monetárias e juros passivos	(17.467)	(17.289)
Receitas de aplicações financeiras	1.639	304
Multas	(2.932)	(3.140)
Receita diferida realizada (a)	5.666	1.494
Outras despesas e receitas financeiras	(512)	(75)
	(13.606)	(31.488)

(a) Em 10/2021 foram reconhecidos adicionais de IPTU de 2014 a 2020 e sua inclusão em Programa de Parcelamento Incentivado. Os benefícios de redução da redução de encargos são reconhecidos conforme as parcelas são pagas.

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisoficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

- setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo e

- setor privado, onde é explorada a locação do Auditório Bruno Covas, localizado no 11º andar da Sede Administrativa da SPTuris, sito à Rua Boa Vista, 280 – Centro – SP, para realização de eventos de qualquer espécie, bem como a outorga variável de no mínimo R\$ 10.000 ou 12,5% do lucro bruto, referente à Concessão do Complexo Anhembi para a empresa GL Events.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31/12/2022 e 31/12/2021:

Saldos em 31/12/2022			
	Público	Privado	Total
Receita líquida	169.576	8.081	177.657
Custos variáveis e fixos	(155.842)	(7.744)	(163.586)
Lucro bruto (antes das subvenções)	13.734	337	14.071
Subvenções municipais	124.638	-	124.638
Lucro bruto (após subvenções)	138.372	337	138.709
Despesas administrativas			(58.229)
Outras receitas operacionais			1.644
Resultado financeiro			(13.606)
Imposto de Renda e Contribuição Social			(3.784)
Lucro líquido			64.734

Saldos em 31/12/2021			
	Público	Privado	Total
Receita líquida	63.404	(2.947)	60.457
Custos variáveis e fixos	(99.620)	(25.245)	(124.865)
Prejuízo bruto (antes das subvenções)	(36.216)	(28.192)	(64.408)
Subvenções municipais	113.287	-	113.287
Lucro (prejuízo) bruto (após subvenções)	77.071	(28.192)	48.879
Despesas administrativas			(93.489)
Outras receitas operacionais			1.480
Resultado financeiro			(31.488)
Prejuízo líquido			(74.618)

23. LUCRO / (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do lucro/(prejuízo) diluído por ação foi baseado no lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/12/2022	31/12/2021
Numerador		
Lucro (prejuízo) no exercício atribuível às ações ordinárias em circulação	1.262	(1.455)
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada do número de ações em circulação	166.554	166.554
Lucro (prejuízo) líquido por ação básico no exercício	7,58	(8,73)

24. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	Importância segurada	
		31/12/2022	31/12/2021
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	16.754	140.600

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes

no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Instrumentos financeiros por categoria

As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 3. Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Bens numerário e conta movimento	88	-	88
Aplicações financeiras	-	46.842	46.842
Contas a receber e clientes	33.561	-	33.561
Impostos a recuperar	20.981	-	20.981
Outras contas a receber	209	-	209
	54.839	46.842	101.681
Passivos			
Fornecedores	19.232	-	19.232
Obrigações trabalhistas	7.573	-	7.573
Obrigações tributárias	157.409	-	157.409
Empresas municipais	868	-	868
	185.082	-	185.082

b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5) e Contas a receber (nota explicativa nº 6). A Companhia em 31 de dezembro de 2022 tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados nas notas explicativas nº 11 a 17, respectivamente. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	19.232	19.232	19.232	-	-	-
Trabalhistas e Tributárias	160.353	160.353	46.021	-	48.700	65.632
Arrendamentos	4.895	4.895	1.068	-	3.827	-
Partes relacionadas	868	868	372	496	-	-
Provisões para contingências	83.806	83.806	38.633	-	45.173	-
Total	269.154	269.154	105.326	496	97.700	65.632

d) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de “Caixa e equivalente de caixa”. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é R\$ 46.930.

e) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

26. PARTES RELACIONADAS

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias e empresas da administração indireta) representou, em 31/12/2022, 96% da receita total do ano, comparados a 97% no mesmo período em 2021.

As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, sem cobrança de ingressos, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média de 15%, e impostos. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	35.197	13.431
	35.197	13.431
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Eventos a realizar	13.636	32
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	12.174	11.378
SPTrans	372	354
	26.182	11.764
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	114.332	112.520
SPTrans	496	826
	114.828	113.346

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de eventos	191.744	71.279
Deduções da receita	(22.168)	(7.875)
Receita líquida	169.576	63.404
Custos variáveis e fixos	(155.842)	(99.620)
Lucro bruto (antes das subvenções)	(13.734)	(36.216)
Subvenções municipais	124.638	113.287
Lucro bruto (após subvenções)	110.904	77.071

Receitas com prestações serviços por Contrato – Secretarias

Nº CONTRATO – SECRETARIA	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
019/2020 – SMTUR CARN 2021 APOIO	678	682
021/2020 – SMTUR EVENTOS DIVERSOS	-	22.983
022/2020 – SMTUR NATAL ILUMINADO	-	136
068/2019 - SMC-G CARNAVAL DE RUA 2020	-	721
001/2021 – SEME - SEL	-	2.250
002/2021 - SMRI	4.673	4.703
002/2021 – SEME - SEL	503	4.867
003/2021 – SEME – SEL – EV. DIVERSOS	16.087	8.139
004/2021 – SEME - SEL - NATAL 2021	8.978	6.017
007/2021 - SIURB/21 (SKATE)	-	1.193
008/2021 - SGM EVENTOS DIVERSOS	1.486	375
009/2021 - SMPED - EVENTOS DIVERSOS	63	293
013/2021 - SEME- CAR ACEL CRISTO	-	50
014 /2021 - SVMA	-	5.968
020/2020 - SMTUR (REVEILLON SP 2021)	-	406
020/2021- SUB-SE	127	286
024/2021 - SMS - EVENTOS DIVERSOS	13.319	6.356
003/2021 - SMUL	1.819	1.229

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisoficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

007/2021 – SMUL ENQUETE PLANO DIRETOR	-	207
048/2021 – SFMSP EVENTOS DIVERSOS	19	59
PREFEITURA – OUTROS	792	38
005/2021 – SUB-PI - PRAÇA POR DO SOL	-	137
007/2021 – SMC – G – EVENTOS DIVERSOS	-	1.977
017/2021 – SMC – G – EVENTOS DIVERSOS	519	1.599
020/2021 – SUB – LAPA – ANIV. LAPA	-	10
028/2021 – SMC	1.402	598
001/2022 – SEME – SEL – CARNAVAL 2022 – INFRAESTRUTURA	9.237	-
001/2022 – SMTUR – EVENTOS DIVERSOS	9.877	-
002/2022 – SEME -SEL – CARNAVAL 2022 – REPASSE	546	-
003/2022 – SEME – SEL – EVENTOS DIVERSOS 2022	21.380	-
004/2022 – SMRI – VIRADA ODS	7.888	-
005/2022 – SMTUR – EVENTOS DIVERSOS	21.225	-
009/2022 – SMPED – EVENTOS DIVERSOS	1.060	-
010/2022 – SGM EVENTOS DIVERSOS	962	-
011/2022 – SMRI – AÇÕES POLO DE ECOTURISMO	65	-
011/2022 – SMTUR – EVENTOS DIVERSOS	14.705	-
014/2022 – SMTUR – CARNAVAL 2023 – APOIO	2.233	-
015/2022 – SMTUR – EVENTOS DIVERSOS	8.295	-
017/2022 – SMTUR – FESTIVAL DE NATAL 2022	9.328	-
018/2022 – SMTUR – REVEILLON 2023	3.953	-
028/2022 – SEME – EVENTOS DIVERSOS	3.916	-
003/2022 – SMUL – REUNIÕES DO PLANO DIRETOR	1.174	-
036/2022 – SMADS – OP BAIXAS TEMP	8.028	-
012/2022 - SMC – G – VIRADA CULTURAL 2022	13.057	-
020/2022 – SMT – SEMANA DA MOBILIDADE	851	-
025/2022 – SMT – EVENTOS DIVERSOS	2.000	-
061/2022 - SEME – VIRADA ESPORTIVA 2022	1.499	-
TOTAL	191.744	71.279

A Companhia atende demandas da Prefeitura do Município de São Paulo para eventos e outras ações. Todas têm valores referenciados em tabelas próprias organizadas pelos poderes públicos.

27. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia em 2022 foi de R\$ 2.789, e no ano de 2021 foi de R\$ 2.366. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal.

R. Boa Vista, 280
+55 11 2226-0400
www.spturis.com

 @spturisoficial
 /spturis

 spturis
 turismosaopaulo

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Supremo Tribunal Federal (STF) mudança de entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária - Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recurso Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227, julgada em matéria tributária, notadamente diante do julgamento, com controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado. O Plenário do STF considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte, posteriormente, se posicione em sentido contrário. A Administração da Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do exercício em decorrência desta decisão.

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 28 de março de 2023, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da Carta de Representação da Administração relativa às presentes demonstrações financeiras.

Não temos conhecimento de eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de janeiro de 2023 e 28 de março de 2023, além dos que já estão reportados nestas demonstrações financeiras, segundo nosso melhor entendimento.

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2023**

DATA E LOCAL: 28 de março de 2023, às 15h30, de forma virtual, via plataforma *Microsoft Teams*.

PRESENCAS: Participaram os membros da Diretoria Executiva, Srs. Gustavo Garcia Pires – Diretor Presidente, Felipe Américo Pita – Diretoria de Clientes e Eventos, Pedro Henrique Krawczyk Pauli – Diretor Jurídico e de Conformidade, Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados, Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sandro Augusto Cuoghi – Diretor de Estruturação de Negócios e Thiago Antunes Cavalca Reis Lobo – Diretor de Turismo.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva segundo o quórum legal.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires. Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Examinar e aprovar a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente, Sr. Gustavo Garcia Pires, saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item único da Ordem do Dia da presente reunião.

Na seqüência, o Presidente da Mesa colocou em votação o item único da Ordem do Dia, disponibilizando para exame e apreciação de todos os Diretores presentes a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022.

Tendo achado os documentos examinados em conformidade com os requisitos técnicos aplicáveis, refletindo, por consequência, a situação econômico-financeira, operacional e administrativa da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31/12/2022, **a unanimidade dos membros da Diretoria da Companhia aprovaram, na íntegra e sem quaisquer ressalvas, a versão final das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022**, pelo que assinaram referidas Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras, que permanecerão arquivados na sede da Companhia.

Na sequência, a Diretoria recomendou que os documentos referentes às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo 31/12/2022 sejam submetidos (a) ao exame e apreciação do Conselho de Administração, para manifestação, nos termos do art. 142, V, da Lei nº 6.404/76, (b) ao exame e apreciação do Conselho Fiscal, para que este possa emitir o seu parecer, nos termos do art. 163, incisos II e VII da Lei nº 6.404/76 e, após, (c) sejam os referidos documentos colocados à disposição dos acionistas para posterior exame e deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 28 de março de 2023

GUSTAVO GARCIA PIRES – Diretor Presidente

FELIPE AMÉRICO PITA – Diretor de Clientes e Eventos

PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI – Diretor Jurídico e de Conformidade

RAFAEL CARVALHO DA LAVRA – Diretor de Representação dos Empregados

RODRIGO KLUSKA ROSA – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

SANDRO AUGUSTO CUOGHI – Diretor de Estruturação de Negócios

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO – Diretor de Turismo

ANA PAULA SILVA – Secretária de Governança Corporativa

(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Ordinária da Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 28 de março de 2023)

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 28 de março de 2023

(todos com assinatura eletrônica)

GUSTAVO GARCIA PIRES

FELIPE AMÉRICO PITA

PEDRO HENRIQUE KRAWCZYK PAULI

RAFAEL CARVALHO DA LAVRA

RODRIGO KLUSKA ROSA

SANDRO AUGUSTO CUOGHI

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO